

MERCADOS INSTITUCIONAIS PARA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO SOBRE O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM CACHOEIRA DO SUL – RS

MARCELA TROJAHN NUNES

RESUMO: O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE estabelece uma das estratégias de mercado institucional do governo federal brasileiro, que consiste na transferência de recursos financeiros para a alimentação escolar, em escolas públicas e filantrópicas. Porém com a exigência de que no mínimo 30% do valor seja para aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas. Neste sentido, este trabalho visa compreender o PNAE no que tange a agricultura familiar de Cachoeira do Sul – RS, analisando as reais dificuldades encontradas, assim buscando melhorar o desempenho do programa, visando beneficiar os agricultores familiares. A pesquisa foi realizada através de um questionário semiestruturado, com o servidor público responsável pelo Setor da Alimentação Escolar, da Secretaria Municipal de Educação, correspondente ao Município de Cachoeira do Sul, a fim de analisar o andamento do programa no que abrange as escolas municipais e instituições filantrópicas ligadas a prefeitura municipal. Como resultado, verificou-se que as principais dificuldades se encontram no aspecto burocrático na compra dos gêneros alimentícios, e na falta de associações e cooperativas de agricultores familiares no município, assim grande parte dos recursos acabam por beneficiar agricultores de outras cidades, outra dificuldade observada refere-se à falta de diversificação da produção e também pela falta de produtos orgânicos.

Palavras-chaves: Agricultura familiar, Alimentação Escolar, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Funcionamento.

ABSTRACT: The National School Feeding Program - PNAE establishes one of the institutional market strategies of the Brazilian federal government, which is the transfer of financial resources for school feeding in public and philanthropic schools. But with the requirement that at least 30% of the value is to purchase products from family farmers, agrarian reform settlers, indigenous and maroon. Thus, this work aims to understand the PNAE with respect to family farming Cachoeira do Sul - RS, analyzing the real difficulties encountered, thus seeking to improve program performance, in order to benefit farmers. The survey was conducted using a semi-structured questionnaire with the public servant responsible for School Food Sector, the Municipal Department of Education, corresponding to the municipality of Cachoeira do Sul in order to analyze the progress of the program covering the municipal schools and charities linked to City Hall. As a result, it was found that the main difficulties lie in the bureaucratic aspect in the purchase of foodstuffs, and in the absence of associations and farmers cooperatives in the city, so much of the resources end up benefiting farmers in other cities, another difficulty observed It refers to the lack of diversification of production and also by the lack of organic products.

Key-words: Family Agriculture, School Feeding, National School Feeding Program, Operation.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE estabelece uma das estratégias de mercado institucional do governo federal brasileiro, que através da transferência de recursos financeiros governamentais para a alimentação dos estudantes, em todos os seus níveis de educação básica, destinados para escolas públicas e filantrópicas, adquire os alimentos destinados à merenda escolar sendo priorizadas a compra dos produtos dos agricultores familiares, assentados, comunidades quilombolas e indígenas, FNDE (2013).

O PNAE tem como objetivo propiciar uma alimentação adequada e saudável aos alunos nas etapas básicas de aprendizado, bem como colaborar com o processo de educação alimentar e nutricional da população, visando garantir segurança alimentar e nutricional e ainda incentivar o desenvolvimento econômico da agricultura no país, priorizando a compra de gêneros alimentícios de agricultores familiares.

O presente trabalho tem como finalidade verificar o funcionamento do PNAE, no município de Cachoeira do Sul/RS., o qual está localizado na região central do Estado, possuindo como base da sua economia a agricultura, tanto de caracterização familiar quanto patronal. Neste sentido, a pesquisa buscou compreender a dinâmica do PNAE no que tange a agricultura familiar de Cachoeira do Sul – RS, analisando as reais dificuldades encontradas, assim buscando melhorar o desempenho do programa, visando beneficiar os agricultores familiares, e conseqüentemente os estudantes, que irão receber alimentos de qualidade advindos da agricultura familiar do município, pois os mercados institucionais são alternativas para a venda da produção do pequeno agricultor, assim este tipo de canal de comercialização pode conseqüentemente estimular a sucessão familiar, aprimoramentos das técnicas na produção, incentivos financeiros para melhorar a propriedade entre outros benefícios.

O presente trabalho está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção apresenta-se o referencial, na seção seguinte a metodologia utilizada na pesquisa. Posteriormente os resultados são analisados e discutidos e por fim apresentam-se as principais conclusões do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A segurança e a soberania alimentar são assuntos cada vez mais presentes na gestão pública, seja na gestão federal, estadual ou municipal. Inúmeras ações governamentais foram implementadas nas últimas décadas, visando, de um lado, o combate da miséria e da pobreza extrema e, de outro, criar um canal de consumo para a produção dos agricultores familiares, contribuindo, assim, para o fortalecimento de melhores condições da sua permanência no campo e o desenvolvimento rural, conforme Simão *et al.* (2014).

Peixinho (2013) relata que as primeiras ações governamentais direcionadas à alimentação e a nutrição no Brasil são da década de 1930, quando a fome e a desnutrição foram identificadas como graves problemas de saúde pública no país. Após vários inquéritos alimentares verificou-se que tanto a classe operária como a população como um todo tinha condições alimentares precárias. Assim em 1940, o Governo brasileiro tomou, então, algumas medidas que tinham a finalidade, em princípio, influenciar a alimentação dos trabalhadores, sendo a primeira a criação do salário mínimo em 1º de maio deste ano.

Deste modo, percebe-se a preocupação do governo brasileiro com a segurança e soberania alimentar da população, onde a partir das primeiras ações na década de 1930 surgiram muitas outras, que foram se aprimorando ao longo do tempo, sendo dois grandes importantíssimos programas o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), onde cada possui um público beneficiário, porém ambos visam garantir quantitativamente e qualitativamente alimentos ao grupo favorecido.

Conforme Saraiva *et al.* (2013), o Programa Nacional de Alimentação Escolar é a maior e mais antiga política pública no Brasil. A alimentação escolar é reconhecida como um direito dos estudantes e considerada uma das estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), onde, novas diretrizes de execução do PNAE foram estabelecidas a partir da Lei Federal nº 11.947 e da Resolução nº 38/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), promulgadas em julho de 2009. A instituição legal do PNAE, na década de 1950, decorreu de ações da sociedade civil com o objetivo de combater a desnutrição infantil e de algumas experiências isoladas em estados e municípios, (TURPIN, 2009).

Durante a sua existência, o PNAE passou por inúmeras reestruturações que levaram a avanços, dos quais um dos mais importantes é o apoio ao desenvolvimento local sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local por agricultores familiares, junto com o respeito aos hábitos alimentares regionais e saudáveis. Contudo, a operacionalização desta política é bastante complexa, pois envolve diversos setores do governo e da sociedade, nas esferas municipal, estadual e federal e, para que essa operacionalização ocorra de forma adequada, é fundamental que existam condições favoráveis nas diversas esferas que estão envolvidas, tanto com a alimentação escolar como com a agricultura familiar, segundo Villar *et al.* (2013).

Para Nunes *et al.* (2012), o programa em sua sistemática realiza o repasse dos recursos financeiros, através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) para estados e municípios, onde no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos, deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, sempre priorizando os assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, para serem destinados para escolas públicas e filantrópicas.

Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo, (Inciso com redação dada pela Lei nº 12.512, de 14/10/2011); e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, art. 3).

A transferência do recurso federal é realizada em dez parcelas mensais, a partir de fevereiro, correspondendo a 200 dias letivos, onde os gêneros alimentícios adquiridos devem ser conforme as diretrizes do PNAE, visando:

- O emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, atendendo as necessidades nutricionais dos alunos em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde;
- Os gêneros alimentícios produzidos em âmbito local, preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais;

- O horário em que é servida a alimentação e o alimento adequado a cada tipo de refeição;
- As especificidades culturais das comunidades indígenas e/ou quilombolas;
- A oferta de, no mínimo, três porções de frutas e hortaliças por semana (200g/aluno/semana), sendo que as bebidas à base de frutas não substituem a obrigatoriedade da oferta de frutas in natura;
- Os aspectos sensoriais, como as cores, os sabores, a textura, a combinação de alimentos e as técnicas de preparo, (FNDE, 2013).

Assim, o recurso financeiro destinado a adquirir os gêneros alimentícios para o programa, inclusive da agricultura familiar, está disponível mensalmente nas contas dos estados e municípios.

De acordo com Da Silva e De Sousa (2013), o apoio aos pequenos e médios produtores rurais e urbanos para a produção de alimentos locais é considerado essencial para a sustentabilidade, ponderando o atendimento nas dimensões sociais (ocupação e renda de agricultores), econômicas (menor custo com transporte), ecológicas (diversidade e oferta de alimentos de qualidade), e culturais (confiabilidade do produto, preservação do hábito regional e da produção artesanal), gerando uma conexão entre o rural e o urbano.

O município de Cachoeira do Sul está localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul e possui um uma área de 3.735 Km², e população de 83.827 habitantes (IBGE, 2011).

De acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), o município tem sua base econômica fundamentada na agricultura, com proeminência para o cultivo do arroz irrigado, soja, bovinocultura, noz-peca e apicultura, sendo este considerado um dos dez municípios do Brasil com a maior produção, maior produtividade por hectare e melhor qualidade de arroz irrigado.

Sendo assim, Cachoeira do Sul é caracterizada pela sua economia ser essencialmente agrária, possuindo vocação para o agronegócio, devido as várias lavouras e as diversas cabanhas (locais dedicados à criação de gado) localizadas no interior do município. Este cenário socioeconômico faz com que a produção de alimentos seja destaque no município, justificando assim a importância do PNAE a partir da aquisição de produtos da agricultura local e desenvolvimento regional, segundo Nunes *et al.* (2012).

Vários pesquisadores, como por exemplo, Simão *et al.* (2014), Peixinho e Villar *et al.* (2013), vêm discutindo o funcionamento do PNAE no Brasil, e a partir destes estudos, cita-se como desafios a serem superados o aumento do valor per capita para a aquisição dos alimentos, além da necessidade do desenvolvimento de novos modelos de controle interno e externo do programa juntamente com o fortalecimento do programa, em conjunto com os gestores da educação e agricultores familiares junto aos mercados institucionais. Outro fator que é importante para o fortalecimento da agricultura familiar junto ao programa está relacionado ao estabelecimento de preços compatíveis e atrativos a estes agricultores, com a finalidade de estimular a entrega de seus produtos ao PNAE, conforme Nunes *et al.* (2012).

Através deste cenário do Programa Nacional de Alimentação Escolar, é verificado que este tem função primordial para os estudantes da rede pública de ensino, mas que vai muito além, abrangendo também os agricultores familiares, que muitas vezes possuem grandes dificuldades para a comercialização de seus produtos. Assim, deve-se cada vez mais estimular e aprimorar o PNAE a fim de melhorar a qualidade da alimentação dos estudantes, e no que tange os agricultores familiares: aumentar a renda, qualidade de vida, e principalmente a sucessão familiar.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada através de um questionário semiestruturado, com o servidor público responsável pelo Setor da Alimentação Escolar, da Secretaria Municipal de Educação, correspondente ao Município de Cachoeira do Sul, em 19 outubro de 2015, a fim de analisar o andamento do programa no que abrange as escolas municipais e instituições filantrópicas ligadas ao ente municipal.

O questionário foi formulado através de questões, que permitiram o entendimento sobre o funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, compreendendo a execução do programa com relação aos agricultores familiares, que beneficiam alunos de 42 instituições de educação. Estas questões formuladas a partir do método dedutivo envolvem os principais tópicos relacionados ao PNAE quanto a sua gestão no município, sempre envolvendo a sua dinâmica frente aos produtores rurais.

As questões que orientaram o presente trabalho são: Como é realizada a compra de produtos da agricultura familiar; quantas cooperativas e associações de agricultores familiares entregam produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar; quantos agricultores familiares são beneficiados; número de agricultores de Cachoeira do Sul – RS atuantes no PNAE; qual a maior dificuldade em relação a compra de alimentos da agricultura familiar; que pontos precisam ser melhorados na gestão do PNAE em Cachoeira do Sul; e qual a perspectiva do PNAE, na cidade em questão, frente aos agricultores familiares.

De acordo com Godoy (1995), a pesquisa qualitativa se caracteriza por ter um ambiente natural como fonte direta de dados e, neste caso, o pesquisador como instrumento fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. Onde, os pesquisadores qualitativos se preocupam fundamentalmente com o processo, e não apenas com os resultados ou produtos. O interesse desse tipo de investigação está em verificar como determinado fenômeno se manifesta nas atividades, procedimentos e interações diárias.

Contudo, a pesquisa qualitativa possui certas limitações, do qual segundo Gil (2008), a análise dos dados da pesquisa qualitativa depende essencialmente da capacidade e do estilo do pesquisador, visto que é necessário utilizar uma sensibilidade mais aguçada para extrair as informações primordiais para a pesquisa, bem como deve possuir estas mesmas características para fazer a análise dos dados obtidos. Assim, ao fazer a análise de um trabalho com dados qualitativos, deve-se levar em consideração a forma de abordagem e o envolvimento do pesquisador com a temática.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir do questionário semiestruturado aplicado, foi verificado que a compra dos gêneros alimentícios para o PNAE no município de Cachoeira do Sul – RS é realizada através de Chamada Pública, onde anualmente são realizadas três chamadas. Do qual, foi apurado grande demora na realização destas, devido à burocracia do processo, o que acaba por atrasar as entregas de alimentos nas escolas.

No que se refere ao número de cooperativas e associações de agricultores participantes da entrega, tem-se a participação de três cooperativas, sendo elas das

idades de Teutônia, Arroio do Tigre e Harmonia, todas do Rio Grande do Sul, e apenas uma associação que é de agricultores familiares de Cachoeira do Sul e Candelária.

Ao fazer a análise dos gêneros alimentícios pode-se observar que os produtos entregues da associação de agricultores familiares, são os produtos de menor valor, como: suco integral, alface, tempero verde, mel, bolacha caseira, ovos, entre outros produtos. E já as cooperativas, fazem a entrega de produtos principalmente de origem animal, como leite, carnes de gado e frango, salsicha, entre outros.

Assim, existem apenas 26 agricultores familiares do próprio município sendo beneficiado através deste recurso, onde a maior parte do valor monetário acaba por beneficiar os agricultores de outras cidades do estado.

As maiores dificuldades citadas pelo setor da Alimentação Escolar quanto ao funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar são referentes à demora para a realização da Chamada Pública, o que acaba por muitas vezes atrasando as entregas, os alimentos e conseqüentemente as escolas sofrem com essa falta, isto ocorre devido ao processo extremamente burocrático que uma Chamada Pública possui, outra causa do atraso para a concretização destes contratos diz respeito aos próprios agricultores familiares, que entregam a documentação necessária, porém com alguns documentos faltantes, assim a prefeitura municipal concede um tempo para a regularização, o que causa o atraso. Conforme Pepitone (2003) deve haver o fortalecimento da atuação dos Conselhos Municipais de Alimentação Escolar, pois estes podem orientar, fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à merenda, bem como a prerrogativa de interferir nas decisões de compra de produtos e na composição dos cardápios, devem ser exercidas sob pena de comprometer os princípios da descentralização e fragilizar o Programa Nacional de Alimentação Escolar, assim havendo um melhor funcionamento do programa.

Mais uma dificuldade mencionada está relacionada à limitação da diversidade dos gêneros alimentícios produzidos no município, o que explica a procura por cooperativas de fora do município para sanar algumas dessas necessidades.

Outro obstáculo refere-se à entrega dos produtos pelos agricultores, a qual anteriormente era realizada pelos próprios agricultores nas escolas da zona urbana do município e também no depósito da Alimentação Escolar da prefeitura, onde

estes alimentos entregues no depósito eram redistribuídos para as escolas localizadas na zona rural. Atualmente, devido alguns transtornos ocorridos, decidiu-se que todos os alimentos devem ser entregues no depósito da prefeitura, para posterior distribuição a cargo da própria prefeitura nas escolas, assim ocasionando dificuldade devido ao grande número de instituições de ensino no município. Segundo Belik e Chaim (2009) o funcionamento do PNAE em Cachoeira do Sul se caracteriza por ser do tipo centralizado, pois a prefeitura executa o Programa em todas as suas fases, ou seja, recebem, administram e prestam contas do recurso federal, são responsáveis pela aquisição e distribuição dos alimentos e também pela elaboração dos cardápios. Já na escolarização as prefeituras transferem os recursos diretamente para as creches e escolas pertencentes à sua rede, que passam a se responsabilizar pela execução do programa, onde este tipo de organização pode facilitar a logística na distribuição de produtos perecíveis, como verduras, frutas e legumes e poderia trazer como vantagem o fato de que os produtos utilizados estejam mais frescos, já que a cadeia de distribuição seria mais curta.

O Setor de Alimentação Escolar, já analisou todas as dificuldades do PNAE nas instituições de ensino municipais, porém até o momento não se conseguiu visualizar alternativas para solucionar tais problemas, que dificultam o funcionamento do programa, do qual estas dificuldades são refletidas nos próprios estudantes e também nos agricultores familiares.

De acordo com Costa *et al.* (2015), o PNAE apresenta-se como ótima oportunidade de comercialização. Entretanto, são diversos os desafios no dia a dia dos agricultores familiares e suas organizações na busca por acesso a este mercado institucional. Apesar de o volume de recursos financeiros destinados para a aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar ser significativo, a logística de distribuição dos alimentos nas escolas é complexa e os padrões exigidos dos produtos e sua diversidade impossibilitam ou dificultam o acesso pelos empreendimentos de agricultura familiar.

A partir do cenário atual do funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas escolas municipais de Cachoeira do Sul, com relação aos agricultores familiares, temos que aquele agricultor que investir na produção de alimentos orgânicos terá certamente sua produção destinada ao PNAE, pois esta é mais uma das dificuldades relatadas, a falta de produtos orgânicos. Uma vez que, segundo Dos Santos *et al.* (2014), a produção orgânica baseia-se na utilização de

processos e controles biológicos para a manutenção da qualidade da terra, do plantio e do controle de pragas e, na criação de animais, assim não se faz o uso de hormônios ou promotores de crescimento. Conseqüentemente, os alimentos produzidos em sistemas orgânicos podem contribuir para a promoção e a preservação da saúde, considerando que são menos contaminados com substâncias químicas. Assim explicando a grande importância da inserção de alimentos orgânicos na alimentação escolar.

Além disso, outra perspectiva é que os produtores familiares invistam mais na diversificação da produção, de tal modo que possa aumentar a oferta de diferentes tipos de alimentos aos estudantes, bem como podendo aumentar o número de produtores inseridos no PNAE.

Estudos como o de Saraiva *et al.* (2013, apud MARQUES *et al.*, 2014) sustentam que ainda há muito a ser feito para consolidar o processo de compra e venda dos produtos agrícolas para a alimentação escolar, pois as entidades executoras, prefeituras e secretarias de educação, necessitam apropriar-se das realidades agrícolas locais e regionais para que o aluno tenha a possibilidade de acessar os diversos tipos de alimentos.

Os benefícios citados pelo setor responsável à alimentação escolar no que tange os agricultores diz respeito principalmente à renda obtida, pois estes produtores podem contar com o pagamento durante os meses acertados na Chamada Pública, outro benefício é referente ao valor pago, do qual é feita uma pesquisa de mercado (em dois supermercados e na Feira Livre Municipal) pagando assim o valor médio. Mais um quesito citado é alusivo à facilidade da entrega dos gêneros alimentícios para o produtor, onde este entrega na Prefeitura que tem a missão de fazer o repasse as escolas, deixando o agricultor livre da responsabilidade de caso este alimento venha estragar antes da entrega as escolas e/ou consumo, este não precisa ir recolher este alimento impróprio, como acontece normalmente nos supermercados. Estes benefícios para o agricultor já foram observados por De Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014), os quais verificaram que o PNAE passou a ter grande potencial para ser utilizado como uma política estruturante, visto que, ao comprar os produtos de agricultores locais, constitui-se um novo nicho de mercado para a agricultura familiar. Isso acaba por contribuir para a promoção de empregos e trabalho no meio rural, diminuindo o êxodo e, conseqüentemente, a pobreza rural e urbana.

Também os agricultores ao participarem do PNAE, acabam tendo mais acesso aos recursos financeiros do governo federal, como para financiamentos de produção, veículos e até mesmo para investir nos estudos dos agricultores e de suas famílias, conforme analisado por Turpin (2009):

Formas de Apoio ao Produtor Familiar pela Merenda Escolar	Descrição
Aquisição de Produtor Individual e/ou Cooperativa/Associação	Aquisição, pela Prefeitura, por meio de compra simples ou licitação, de produtos de pequenos produtores rurais, individuais ou organizados em associações ou cooperativas.
Participação no PAA	Participação dos agricultores familiares locais em alguma das modalidades do PAA cujos produtos são direcionados para a merenda escolar do município (Compra com doação simultânea).
Apoio em Infra-Estrutura Produtiva e Logística	Cessão de máquinas agrícolas; fornecimento e/ou subsídio para compra de insumos (sementes, mudas, adubo, etc.); e/ou apoio logístico na entrega dos produtos
Promoção da Produção Rural Familiar	Criação de Programas municipais de geração de renda e auto-sustentabilidade da família agrícola por meio de arranjos e parcerias da Secretaria da Educação com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, Sindicato de Produtores Rurais, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, Conselho Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDR e Secretarias da Agricultura, da Ação Social, ou de Desenvolvimento Rural.
Valorização e Divulgação Cultural da Agricultura Familiar	Realização de eventos que valorizem a agricultura familiar, agroecologia; introdução do tema no currículo escolar; divulgação do tema nas escolas; escolas agrícolas; e/ou visitas a pequenos produtores rurais.
Apoio e Capacitação para Produção de	Incentivo à produção de hortifrutigranjeiros e

Hortaliças, Frutas, Leite, Pequenos Animais e Piscicultura	pesca (produtos tradicionais da agricultura familiar), por meio da criação de hortas comunitárias; e/ou formação profissional e cursos nessa área.
Apoio e Capacitação para Produção Orgânica, Fitoterápica, Agroecológica, de Mel, de Alimentos Funcionais e de Produtos Regionais	Incentivo à produção de produtos típicos da pequena produção por atenderem a um nicho de mercado e seguirem práticas culturais agroecológicas.
Capacitação Organizacional; Cursos de Profissionalização e Empreendedorismo; e/ou Orientações sobre Comercialização	Capacitação na área administrativa, contábil e comercial dos pequenos produtores rurais locais por meio de parcerias com SEBRAE, EMATER, Sindicatos e/ou outras Secretarias, orientando principalmente sobre o processo licitatório, emissão de nota fiscal e outros documentos.
Estímulo e Capacitação para Cooperativismo e Associativismo	Apoio técnico e organizacional para a formação ou reestruturação de cooperativas ou associações de pequenos produtores.
Estímulo e Capacitação para a Agroindustrialização Familiar	Estímulo à criação de pequenas agroindústrias com o apoio da vigilância sanitária e outras instituições, viabilizando a construção de fábricas em locais reduzidos; concessão de incentivos e/ou benefícios para a ampliação ou geração de novos empreendimentos.
Fortalecimento Político e Institucional da Agricultura Familiar pela Prefeitura	Criação de Secretarias Municipais específicas para a promoção do segmento, cadastramento de produtores rurais, regularização fundiária; e/ou garantia da comunicação sobre editais de licitação.
Apoio em Infra-Estrutura de Beneficiamento e para Regularização de Exigências Sanitárias	Criação de centrais de beneficiamento da prefeitura; criação e organização do Serviço de Inspeção Municipal e orientações da Vigilância Sanitária aos agricultores sobre as exigências sanitárias dos produtos comercializados.

Figura 1- Categorização das Formas de Apoio ao Produtor Familiar por Meio da Merenda Escolar.
 Fonte: Turpin (2009), Elaboração a partir de dados do Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar - 2006.

E por último, um indicador muito importante relatado, está relacionado a sucessão familiar, cujo os filhos de agricultores familiares que haviam saído da propriedade rural acabam por retornar, e muitas vezes por adquirir sua propriedade, onde um desses motivos é o impulsionamento que o PNAE proporciona à agricultura familiar. Pois como exposto por Mendonça *et al.* (2013) o envelhecimento relativo da população rural é acentuado, isto devido a queda no número de jovens no campo, pela migração de retorno ao campo de aposentados urbanos e também pelo aumento da expectativa de vida. Cresceu a expectativa de vida produtiva dos pais, ampliando o período de trabalho conjunto com os filhos e levando os jovens rurais a se ocuparem no espaço urbano, se tornando uma problemática para o desenvolvimento rural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos resultados obtidos conclui-se que o Programa Nacional de Alimentação Escolar é uma oportunidade de renda para os agricultores familiares, que acaba por estimular a agricultura, visto que estimula a sucessão familiar no campo e o aperfeiçoamento das técnicas utilizadas na propriedade, uma vez que, ao participar do PNAE o produtor tem maiores possibilidades de financiamento para investir na propriedade.

Porém ao analisar o funcionamento do PNAE em Cachoeira do Sul, observa-se que ainda há muitas dificuldades na gestão do programa no município, principalmente relacionados à forma de aquisição e distribuição dos gêneros alimentícios, além da falta de diversificação da produção local para a entrega ao PNAE.

A cidade de Cachoeira do Sul, mesmo com elevado número de agricultores familiar, possui em sua estrutura organizacional, lacunas nas suas representações no âmbito de cooperativas e associações, fazendo com que este importante setor produtivo se encontre deficiente no sentido de sua organização.

Com isso, a maior quantidade dos gêneros alimentícios adquiridos para o programa vem de cooperativas de outras cidades. Desta forma, os recursos governamentais que deveriam desenvolver o município, acabam por não cumprir com seu papel, ou pelo menos não na sua totalidade.

As dificuldades verificadas no desempenho do PNAE são extremamente relevantes, pois acaba que muitos agricultores que poderiam ser beneficiados, além dos próprios estudantes, acabam perdendo esta oportunidade devido aos problemas aqui relatados.

Outro dado bastante preocupante é em relação ao Setor de Alimentação Escolar do Município de Cachoeira do Sul, que já verificou e analisou os problemas, mas não conseguiram chegar a uma solução adequada.

Deste modo, percebe-se que a instância maior responsável pelo PNAE deve ter um maior poder regulador sobre o programa, visando garantir o cumprimento de todas as suas diretrizes de maneira satisfatória. Além disso, o município em conjunto com órgãos públicos ligados a agricultura familiar deve trabalhar auxiliando e incentivando os produtores a se organizarem e participarem do programa.

A partir dos dados obtidos, mesmo com as limitações impostas por uma pesquisa qualitativa, do qual, a análise dos dados depende muito do pesquisador e ainda conta com a limitação do relato do servidor público responsável pelo setor em questão, conclui-se por fim que a Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul deveria atuar mais ativamente frente ao PNAE, com uma gestão mais regrada do programa, com o intuito de garantir um melhor desempenho deste nas instituições de ensino, bem como a contribuição para o aumento da renda dos agricultores, beneficiando assim a economia do município.

REFERÊNCIAS

BELIK, W.; CHAIM, N. A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**. Campinas, vol. 22, nº 5, Setembro/Outubro, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732009000500001&lang=pt>. Acesso em: 19 de Novembro de 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em: 23 de Agosto de 2015.

COSTA, B. A. L., *et al.* As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, vol.53, nº 1, Janeiro/Março, 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032015000100109&lang=pt>. Acesso em: 26 de Setembro de 2015.

DA SILVA, A. P. F.; DE SOUSA, A. A. Alimentos orgânicos da agricultura familiar no Programa Nacional de alimentação Escolar do Estado de Santa Catarina, Brasil. **Revista de Nutrição**. vol. 26, nº 6, Novembro/Dezembro, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732013000600009&lang=pt>. Acesso em: 28 de Outubro de 2015.

DE SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, vol. 52, supl. 1, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600011&lang=pt>. Acesso em: 19 de Novembro de 2015.

DOS SANTOS, F., *et al.* Avaliação da inserção de alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar na alimentação escolar, em municípios dos territórios rurais do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, vol. 19, nº 5, Maio, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000501429&lang=pt>. Acesso em: 08 de Novembro de 2015.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Programa PNAE: alimentação escolar**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

GIL, A. C.. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas S.A., 6ª ed., 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 27 de Setembro de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados do Censo Demográfico, 2011**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=430300>> Acesso em: 25 setembro de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados do Censo Econômico e Agropecuário, 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: 25 de Setembro 2015.

MARQUES, A. A., *et al.* Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: o caso de Araripe, Ceará. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, vol. 23, nº 4, Outubro/Dezembro, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000401329&lang=pt>. Acesso em: 19 de Novembro 2015.

MENDONÇA, K. F. C., *et al.* Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos da População**. São Paulo, vol. 30, nº 2, Julho/Dezembro, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982013000200006&lang=pt>. Acesso em: 19 de Novembro de 2015.

NUNES, M. T., *et al.* O funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Cachoeira do Sul/RS. **Anais Congresso Latino Americano de Sustentabilidade Socioambiental: Espaços Rurais e Contemporaneidade**. Santa Maria, 542-549, 2012.

PEIXINHO, A. M. L.. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, vol. 18, nº 4, Abril, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013001000002&lang=pt>. Acesso em: 15 de Agosto de 2015.

PIPITONE, M. A. P., *et al.* Atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar na gestão do programa nacional de alimentação escolar. **Revista de Nutrição**. Campinas, vol. 16, nº 2, Abril/Junho, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732003000200001&lang=pt>. Acesso em: 19 de Novembro de 2015.

SARAIVA, E. B., *et al.* Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, vol. 18, nº 4, Abril, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013001000004&lang=pt>. Acesso em: 18 de Agosto de 2015.

SIMÃO, G. L., *et al.* Grau de cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto aos agricultores familiares do estado de Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, vol. 52, nº 3, Julho/Setembro, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000300007&lang=pt>. Acesso em: 15 de Agosto de 2015.

TURPIN, M. E. A Alimentação Escolar como Fator de Desenvolvimento Local por meio do Apoio aos Agricultores Familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, vol. 16, nº 2, 20-42, 2009. Disponível em:

<http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/volume_16_2_2009/2_Marina_MariaElenaTurpin%5B20-42%5D.pdf>. Acesso em: 28 de Outubro de 2015.

VILLAR, B. S., *et al.* Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Revista Brasileira de Epidemiologia**. São Paulo, vol. 16, nº 1, Março, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2013000100223&lang=pt>. Acesso em: 18 de Agosto de 2015.